



## **Indigenismo e mediação: uma análise da exposição “O Índio em Sergipe” da Comissão Pró-Índio de Sergipe**

DIOGO FRANCISCO CRUZ MONTEIRO\*

KLÉBER RODRIGUES\*

### **Introdução**

Com o presente artigo, propomos analisar a exposição “O Índio em Sergipe” inaugurada em 1990. A exposição tinha como objetivo recuperar a presença do índio ao longo dos quatrocentos anos de história de Sergipe dentro de uma perspectiva histórica e antropológica, analisando a trajetória dos povos indígenas em suas relações com a sociedade colonial e mais tarde nacional.

“O Índio em Sergipe” dá continuidade às atividades de montagem de exposição desenvolvidas por professores e estudantes universitários, membros da Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI/SE), instalada no dia 29 de agosto de 1981, numa sessão convocada por jovens antropólogos como Beatriz Góis Dantas, Fernando Lins de Carvalho e Luiz Alberto dos Santos, numa sala situada no segundo andar do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

A CPI/SE tinha como objetivo reconhecer, respeitar e apoiar a autonomia cultural e o direito à autodeterminação dos povos indígenas do Brasil. Tendo como tema os índios brasileiros, dispunha-se a assessorar grupos, pessoas ou entidades que com eles estivessem trabalhando, além de promover estudos e atividades culturais sobre a temática indígena.

Entre os anos de 1981 e 1986, período de seu funcionamento efetivo, a CPI/SE estruturava as suas ações em três linhas: 1 - atividades junto a estudantes e a comunidade; 2 - atividades de apoio aos grupos indígenas; 3 - tarefas de articulação com entidades congêneres. No final dos anos 1980, a CPI/SE foi desmobilizada, sendo que

---

\*Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

\*Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

seus objetivos continuaram sendo desenvolvidos, posteriormente, por alguns de seus membros.

Nesse sentido, a exposição “O Índio em Sergipe” foi coordenada pela antropóloga Beatriz Góis Dantas, professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), contando com a participação da professora Hélia Maria de Paula Barreto (diretora do Museu de Antropologia da UFS), ex-dirigentes da CPI/SE durante o seu período de funcionamento.

A pesquisa, roteiros e produção textual da exposição “O Índio em Sergipe” ficaram a cargo de Beatriz Góis Dantas. A assessoria museológica foi atribuída à Maria Cristina de Oliveira Bruno da Universidade de São Paulo. As fotografias foram realizadas por Jairo Andrade. Os trabalhos de pintura foram feitos por Gilson Santos e os de desenho por Amilton Andrade.

A exposição “O Índio em Sergipe” foi promovida pela UFS, através do seu Núcleo Museológico ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e do Departamento de Ciências Sociais. Recebeu ainda o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente.

Podemos considerar que “O Índio em Sergipe” não extrapolou, em termos conceituais, as demais exposições realizadas na época da CPI/SE<sup>1</sup>. Dessa forma, analisaremos essa exposição como uma prática de indigenismo desvinculada dos órgãos oficiais do Estado, caracterizando-a como elemento de mediação entre o problema indígena e a opinião pública.

De modo genérico, de acordo com Antonio Carlos de Souza Lima, o indigenismo designa

*... o conjunto de ideias (e ideais, isto é, aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase [...] na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seja índio. (LIMA, 1995: 14-15)*

A partir da década de 1980, o indigenismo no Brasil foi protagonizado por setores da sociedade civil (antropólogos, indigenistas, membros da igreja e de organizações não-governamentais), que realizavam tarefas de monitoramento das terras

---

<sup>1</sup>Exposições sobre a temática indígena: “Xocó Hoje”, “O Nu e o Vestido”, “Índios ontem e hoje”.

indígenas, no intuito de garantir o respeito ao direito territorial desses povos (OLIVEIRA, 1995: 72).

Com isso, rompia-se com o modelo administrativo tutelar e ligado às frentes de expansão econômica – energética, mineral, transportes, comunicação, extrativista e de colonização – instituído por órgãos oficiais como, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Portanto, o que se pretende aqui é entender o indigenismo veiculado pela exposição “O Índio em Sergipe” como uma noção ampla, atrelada ao campo das representações, do imaginário e das construções discursivas sobre os indígenas, sobretudo daquelas elaboradas por setores da sociedade civil organizada.

Dialogaremos com as perspectivas acerca da luta por reconhecimento inseridas na teoria social crítica de Axel Honneth. Honneth (2003) acredita que o reconhecimento social do sujeito resulta de uma ação recíproca entre indivíduos. O indivíduo se concebe como sujeito através da sua consideração positiva por seus parceiros de socialização, numa espécie de construção recíproca da “consciência de si através do outro”.

As experiências particulares de um grupo politicamente isolado tornam-se motivos morais capazes de envolver um círculo amplo de agentes na luta por reconhecimento. A mediação de atores externos transforma as experiências particulares de desrespeito em tensões públicas, gerando o debate necessário para a conscientização em torno das demandas dos grupos ciosos por reconhecimento (HONNETH, 2003 apud ARRUTI, 2009: 14).

Dessa forma, os discursos emanados pela exposição “O Índio em Sergipe” serão observados aqui como imprescindíveis instrumentos de mediação entre as experiências privadas de desrespeito vivenciadas pelos índios e a opinião pública, transformando-as em questões éticas coletivas, colaborando efetivamente na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas.

Pretendemos analisar os discursos presentes nos documentos da exposição. Para refletir sobre o tipo de indigenismo utilizaremos o projeto da exposição, folders, desenhos e relatórios de atividades. As listas de presença dos visitantes e de itinerância, além de recortes de jornais impressos serão utilizados para a compreensão da natureza da mediação entre público e a questão indígena realizada pela exposição.

### **Indigenismo na exposição “O Índio em Sergipe”**

As visões sobre os índios transmitidas pela exposição “O Índio em Sergipe” possivelmente baseavam-se na perspectiva culturalista. Para esse viés teórico, a personalidade do indivíduo é orientada pelos costumes estabelecidos nos contextos sociais singulares que vivencia. Cada povo cria soluções diferentes para problemas culturais semelhantes. Dessa forma, o relativismo surgiu como conceito central daquela exposição, que estimulava a tolerância para com as diversidades das culturas indígenas (BENEDICT, 2000).

Nesse sentido, os textos da exposição observaram a cultura Tupinambá como um modo de vida possível entre os diversos povos indígenas que habitavam Sergipe no período colonial. Destacaram, ainda, a perplexidade que as condutas dos Tupinambá suscitavam entre os conquistadores europeus e a necessidade de compreendê-las a partir dos significados particulares tecidos pelos próprios índios:

*Muitos dos costumes dos Tupinambá, povo de língua tupi, pareceram esquisitos aos europeus do século XVI, como podem parecer estranhos hoje aos nossos olhos. Mas, no contexto da sociedade tribal, tinham lógica e uma razão de ser para aqueles que os praticavam. Isso quer dizer que a diferença na cultura deve ser vista como a forma pela qual os seres humanos encontram soluções diferentes para as mesmas questões básicas na sua relação com a natureza, com os outros homens e com o sobrenatural. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 105)*

O relativismo foi empregado mais uma vez pela exposição “O Índio em Sergipe” para explicar as razões singulares que incentivavam os Tupinambá a praticarem a guerra: capturar guerreiros inimigos, matá-los e comê-los ritualmente era o objetivo maior a ser alcançado pelo homem Tupinambá. Além de vingar os mortos, a guerra permitia aos jovens ascenderem à condição plena de homens, casarem, terem filhos, mulheres e ganharem prestígio (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 106).

Outro discurso veiculado pela exposição “O Índio em Sergipe”, que busca focalizar de maneira valorativa os pontos de vista dos índios, trata das diferentes percepções entre indígenas e europeus acerca do acúmulo de riquezas. Apropriando-se de trechos do relato da “Viagem à terra do Brasil” de Jean de Léry, a exposição

reproduz um diálogo entre ele e um velho Tupinambá, em que este o indaga incessantemente sobre os motivos dos europeus serem tão ávidos por lucros, principalmente, os oriundos da exploração do pau-brasil.

No transcorrer deste diálogo, Léry argumenta que as riquezas auferidas pelos europeus em suas transações comerciais com as colônias americanas servem para que os seus possuidores possam garantir, em termos materiais, aos seus herdeiros, um futuro mais confortável. Porém, o velho índio, expressando uma visão contrária a essa usura econômica dos europeus, declarou, em tom irônico:

*Na verdade, [...] vejo que vós outros mairs (franceses) sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, [...] e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados. (LÉRY apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 108)*

A exposição “O Índio em Sergipe” adotou a perspectiva histórico-antropológica do protagonismo e das ações de resistência indígena para tratar das situações de contato com o não-índio. Os índios de Sergipe, apesar de vivenciarem situações de dominação impostas pelos colonizadores – exploração da mão de obra, violência, aculturação e desorganização da base social – foram vistos como sujeitos capazes de resistir física e culturalmente às investidas externas, adaptando-se às novas relações sociais oriundas do contato e preservando suas identidades.

As atitudes dos índios de Sergipe em relação aos colonizadores incluíam a “resistência adaptativa”, através da qual encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. “Perderam muito, [...] mas nem por isso deixaram de agir” (STERN, 1987 apud ALMEIDA, 2010: 23).

Dessa forma, a exposição “O Índio em Sergipe” definiu a missão ou aldeamento, ajuntamento de índios, muitas vezes de etnias diversas, catequisados pelos missionários, como um:

*... espaço de contradições. De um lado, promovia o desmoronamento das culturas nativas e preparava os índios para serem mão-de-obra e soldados a serviço dos brancos. De outro lado, ao delimitar no espaço físico uma base territorial onde os índios desenvolviam não só atividades de subsistência, mas nela identificavam pontos de referência de uma história comum, a missão forneceu aos índios de Sergipe suporte para manutenção de uma coesão grupal, que lhes permitiu chegarem ao século XIX como grupos que se identificavam e eram reconhecidos como índios. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 116)*

A exposição “O índio em Sergipe” desmistificou a mestiçagem enquanto discurso que deslegitimava a identidade e negava a existência dos povos indígenas de Sergipe. Os índios eram concebidos como sujeitos que, apesar de terem sido hibridizados biológica e culturalmente com negros e brancos, mantinham grande capacidade de reprodução social, preservando muitos de seus costumes e tradições culturais.

Os discursos da exposição “O Índio em Sergipe”, ao tratar das experiências contemporâneas dos índios Xokó da Ilha de São Pedro, Porto da Folha, Sergipe, alinharam-se mais uma vez às reflexões socioantropológicas culturalistas, negando os traços biológicos e acentuando o fator social como critério para a identificação do sujeito enquanto indígena.

A partir dessa percepção culturalista, os índios Xokó de Sergipe eram concebidos como parte de “culturas integradas”, indivíduos que mantiveram historicamente sua diversidade étnica através das trocas de feições culturais com povos de procedências diversas, como os negros e os brancos<sup>2</sup> (BENEDICT, 2000).

Dessa forma, as narrativas da exposição “O Índio em Sergipe” atestavam que os índios Xokó:

---

<sup>2</sup>De acordo com Benedict (2000, p. 60) as trocas de traços culturais entre povos vizinhos, que impregnam de semelhanças as suas práticas, não excluem a possibilidade de que haja diferenciações entre elas, pois os indivíduos escolhem “entre as feições possíveis nas regiões circunvizinhas aquelas que podem utilizar, rejeitando as que não podem. Outras feições remolda-as de acordo com as suas necessidades.

*Falam português e seu modo de vida, aparentemente, pouco difere das populações rurais da região com quem partilham também características no tipo físico. Mas eles se consideram Xocó, portanto índios. Ser índio é um modo de identificação social e o social não se define pelo biológico. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 121)*

Nas análises divulgadas pela exposição “O índio em Sergipe” acerca dos contatos entre índios e brancos durante o século XIX, foi evidenciada uma série de discursos retóricos, que serviam como base de referência para as disputas travadas em torno da legitimação de identidades indígenas e visavam atender aos interesses econômicos e políticos particulares das partes envolvidas (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 1998).

Esses embates acerca da identificação dos povos indígenas, travados no território sergipano entre brancos (posseiros, fazendeiros e chefes de província) e índios, tinham como pano de fundo as disputas pela posse das terras dos aldeamentos ocupados pelos indígenas.

As identidades indígenas eram acionadas de modos diversos pelos personagens envolvidos nas disputas pela posse das terras dos aldeamentos. Por um lado, os brancos utilizavam a ideia de mestiçagem para justificar, do ponto de vista racial, o desaparecimento dos índios em Sergipe e apossarem-se das suas terras. Por outro lado, mesmo nesse contexto de aldeamento físico e cultural, os indígenas buscavam reativar e reforçar suas identidades nativas, no intuito de preservarem o direito de permanecerem em seus territórios.

Essa disputa pelo poder de definir as identidades dos povos indígenas no território sergipano foi ilustrada pela exposição “O índio em Sergipe” por meio de um painel com pinturas, retratando índio, padre e fazendeiro, e seus respectivos discursos – extraídos de documentos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) – sobre a questão indígena, denotando os choques de interesses relativos à propriedade da terra.

Os brancos utilizaram a mestiçagem como um artifício retórico, que justificava a integração dos índios à sociedade nacional, descaracterizando-os, servindo como argumento para a espoliação das suas terras: “não há mais índios. São mestiços. É melhor acabar com as aldeias e entregar as terras à nação” (PRESIDENTE DA

PROVÍNCIA, 1851. APES apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 120). “É um bando ou horda de indivíduos que se arrogam a qualidade de índios (PROPRIETÁRIO DE ENGENHO, 1860. APES apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 120).

Os indígenas, na contramão dos discursos propalados pelos brancos, reafirmavam sua diversidade étnica, mesmo num contexto de transformações físicas e culturais oriundas da mistura com brancos e negros, e assumiam o protagonismo na luta pela posse da terra: “Nós, índios de todas as cores, pedimos garantia de nossas terras” (ÍNDIO DO GERU, 1857. APES apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 120). “A terra é nossa. Foi o rei que nos deu. Vou onde ta o Reis” (ÍNDIO DE SÃO PEDRO, 1887. APES apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 120).

O protagonismo dos índios na história de Sergipe foi celebrado nos textos da exposição “O Índio em Sergipe”. Neles, foram destacadas a presença, a atuação e a contribuição indígena em diversos episódios da experiência histórica sergipana:

*Desde a fase inicial de exploração do pau-brasil, o índio se fez presente com seu trabalho. Foi escravo e, depois, trabalhador livre. Trabalhou nas minas, nos engenhos, nas fazendas de gado, nas roças, na pesca e no artesanato. Incorporado às tropas, foi guia e soldado. Sua marca se faz presente em costumes diversos, plantas alimentícias, técnicas de explorar a natureza, de tal forma incorporadas ao modo de vida das populações rurais, que se ignora que seja contribuição indígena. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 122)*

Diante da constatação sobre a importância dos povos indígenas para a história e cultura sergipana, “O Índio em Sergipe” chamou a atenção para o pouco conhecimento da população acerca da situação atual dos índios. A exposição deu indícios de que, para se promover o reconhecimento às culturas e aos direitos dos índios, havia a necessidade da construção de uma consciência popular melhor informada sobre as questões indígenas.

*A participação do índio na formação da sociedade e na vida sergipana não tem sido devidamente reconhecida. [...] A memória dos índios persiste nos nomes dos rios e cidades. Sua presença é lembrada no selo do Estado de Sergipe, onde aparece a figura de um índio adornado de penas. Desse modo, aparecem também em algumas estátuas. São formas de homenagear os primitivos habitantes. Mas, tão importante quanto reverenciar os índios do passado, os chefes indígenas que lutaram contra os portugueses, é reconhecer aos índios do presente, do jeito que hoje eles são, os direitos*



*históricos de primeiros habitantes da terra e fazê-los respeitados. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 122)*

“O Índio em Sergipe” finalizava sua exposição sobre as ações protagonizadas pelos índios com relatos acerca da conquista de direitos inseridos na Constituição de 1988. Como resultado das demandas dos povos indígenas organizados, a Constituição garantiu aos índios, entre outras prerrogativas, o reconhecimento da sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições próprias, retirando o caráter integracionista da legislação (CIMI; CNBB apud O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 123).

Portanto, a análise aqui realizada possibilitou afirmarmos que a exposição “O Índio em Sergipe” praticou um indigenismo pautado na perspectiva culturalista. Em seus discursos, cada cultura é analisada em seu contexto particular, enfatizando-se os sentidos que os próprios índios atribuem a suas práticas. Dessa forma, o que se pretendeu foi adotar uma postura relativista para a compreensão dos modos de vida indígenas.

A exposição retirou a ênfase dos critérios biológicos e buscou entender os processos de identificação indígena como fator social definido pelas dinâmicas de interação. Nesse sentido, apesar do processo histórico de intensa mestiçagem, os índios conseguiram preservar a sua diversidade identitária.

As ações de protagonismo e de resistência à dominação desenvolvidas pelos indígenas em Sergipe foram evidenciadas nos conteúdos da exposição. Assim, os índios desempenharam papéis de destaque em diversos episódios da história sergipana, forjando estratégias de resistência às pressões exercidas pelos colonizadores no intuito de defender a integridade de suas culturas e direitos.

### **Relação com o público**

Assim como as demais exposições organizadas na época em que a CPI/SE estava ativa, a exposição “O Índio em Sergipe” também possuía um caráter didático. Tal caráter fica explícito num dos objetivos da exposição: “subsidiar ações didático-pedagógicas no sentido de integrar a UFS ao ensino do 1º e 2º graus” (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990: 102).

Os idealizadores da exposição sempre se indagaram sobre as possibilidades de uso de exposições como meio capaz de divulgar os conhecimentos acadêmicos sobre os povos indígenas ao público mais amplo:

*Como fazer chegar a um público maior as imagens quietamente postas no silêncio e escuro dos arquivos ao fim da pesquisa de campo? Mais que isto, como fazer o resultado dessas pesquisas realizadas sob os auspícios das Universidades chegar ao público mais amplo, aquele que não participa de encontros de cientistas, não lê livros ou revistas especializadas e, às vezes, lê apenas os “livros de escola”, ou mesmo nenhum livro? (DANTAS, 1998: 4)*

As exposições organizadas pela CPI/SE sempre destacaram o uso da fotografia como meio de divulgação mais adequado de pesquisas etnográficas para um público abrangente, que incluía pessoas de diferentes idades e dos mais diversos níveis de ensino. A exposição “O Índio em Sergipe” manteve esse posicionamento em relação às fotografias e os recursos visuais como um todo, fontes de baixo custo e com grande potencial didático:

*Ao reunir fotografias, gravuras, pinturas, mapas, gráficos e reproduções xerográficas ressaltadas por jogo de cores como recursos visuais na transmissão de conhecimentos, a exposição despertou a atenção dos professores e dos alunos da formação pedagógica para o potencial didático desses recursos, alguns dos quais muito acessíveis pelo seu baixo custo. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990)*

O posicionamento da exposição a respeito das fotografias está em conformidade com o ensino contemporâneo que, de forma geral, tem usado os recursos visuais com grande regularidade. A circulação dos recursos visuais aumentou após a segunda metade do século XX. Atualmente, esses recursos estão cada vez mais presentes nos livros didáticos e na sala de aula.

A fotografia deve ser entendida como um mediador, atuando na relação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos. Esta relação ocorre de forma dialógica entre a percepção de mundo e o processo de construção de saberes sobre esse mundo, entre o vivido e o não vivido. Ao instigar a percepção e a capacidade criativa do observador, recursos visuais como a fotografia transcendem as diretrizes traçadas pelo educador ou por quem os produziu.

Utilizando a fotografia e outras fontes documentais, o professor deve possibilitar ao aluno a construção do conhecimento:

*... torna-se necessário que o professor inclua, como parte constitutiva do processo ensino/aprendizagem, a presença de outros mediadores culturais, como os objetos da cultura material, visual ou simbólica, que ancorados nos procedimentos de produção do conhecimento histórico possibilitarão a construção do conhecimento pelos alunos, tornando possível “imaginar”, reconstruir o não-vivido, diretamente, por meio de variadas fontes documentais. (SIMAN, 2004: 88)*

Apesar de privilegiar o uso da fotografia e outros recursos visuais, a exposição buscou integrar imagens e textos escritos. Era oferecido ao público um catálogo com informações sobre o que estava sendo mostrado. De acordo com o projeto da exposição:

*Através da fotografia se fará a reprodução da iconografia do período colonial e imperial e registro dos atuais remanescentes indígenas e dos locais de suas antigas aldeias. Textos escritos integrados à exposição e um catálogo fornecerão ao público informações sobre o que está sendo mostrado através das imagens. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990)*

A relação entre imagens e texto é circular e dialógica, deve ser tratada em termos de complementaridade:

*A complementaridade das imagens e das palavras também reside no fato de que se alimentam umas das outras. Não há qualquer necessidade de uma co-presença da imagem e do texto para que esse fenômeno exista. As imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim. (JOLY, 1996: 121)*

Apesar de receber um público variado, a intenção da exposição sempre esteve em volta da mediação entre o conhecimento acadêmico e o público, aproximando os saberes que a universidade produz de estudantes e professores da rede pública e privada.

Nesse sentido, de acordo com o projeto:

*A exposição “O Índio em Sergipe” dá continuidade a uma linha de trabalho que, há anos, vem sendo desenvolvida pelo setor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais, objetivando a divulgar os resultados e a documentação reunidos através das suas pesquisas, dando-lhes uma feição museográfica e didática como forma de socializar o conhecimento e acesso aos acervos acumulados. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990)*

A exposição teve caráter itinerante, privilegiando o atendimento às escolas. Adotou-se a “técnica da nucleação” em que as unidades de ensino levariam seus alunos para visitar escolas eleitas como sede da mostra. O critério de escolha das escolas-sede foi baseado em elementos como melhor possibilidade de acesso ao público, capacidade de abrigar a mostra, número de alunos e níveis de ensino ministrados (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990).

Os diretores de cada escola-sede e das escolas próximas recebiam o projeto da exposição. Depois, o projeto era entregue nas secretarias dessas unidades de ensino. Os docentes que se interessassem pela proposta, recebiam os principais textos que faziam parte da mostra, além de uma bibliografia complementar.

Os professores eram então reunidos nas escolas-sede, onde se discutia os textos da exposição e possibilidades de abordar conteúdos sobre os povos indígenas em sala de aula. Apesar do grande envolvimento de professores de História, Geografia, Comunicação e Expressão e OSPB, profissionais de diferentes disciplinas participavam dessas reuniões.

O conhecimento obtido pelos professores a partir das reuniões nas escolas-sede era aplicado em sala de aula. Posteriormente ou, até mesmo, durante a permanência da exposição nas escolas, os docentes realizavam discussões e palestras, exibiam filmes etnográficos ou desenvolviam atividades como redações, dramatizações e leitura de textos relacionados à temática indígena. Como a exposição possuía recursos limitados para a contratação de monitores, os professores também monitoravam a visita de suas turmas.

As reuniões nas escolas-sede, entre outras ações promovidas pela exposição, acabavam constituindo um conjunto de aperfeiçoamento de formação docente e troca de experiências. Essas atividades vislumbravam, na figura do professor de 1º e 2º graus, novos agentes da mediação entre o conhecimento acadêmico e o saber escolar relacionados à questão indígena. Dessa forma, de acordo com o projeto da exposição:

*Atualização dos professores de escolas da rede pública e particular de 1º e 2º graus através do fornecimento de bibliografia básica e texto-base sobre o tema da exposição, de modo geral, pouco conhecido e sistematizado. Esse material bibliográfico aliado às discussões realizadas durante as reuniões preparatórias e de avaliação permitiu aos professores a utilização de um*

*conhecimento gerado e ainda não divulgado por meios formais capacitando-os a enriquecer o currículo de seus alunos. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990)*

A exposição foi aberta ao público a partir do dia 17 de abril de 1990 no Serviço Social do Comércio (SESC), localizado na rua Riachuelo, ficando nesse espaço até o dia 19 de abril. O local era considerado de fácil acesso a muitas escolas e ao público geral. Foram recebidas 2.426 pessoas, entre estudantes, comerciários e pessoas da comunidade. Entre as instituições de ensino participantes podemos citar: Escola Carlos Firpo, Colégio Objetivo, Colégio Visão, Colégio Americano Batista, Colégio Tiradentes, Colégio Presidente Médici, Jardim de Infância Augusto Maynard, Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Escola Parque de Sergipe, Colégio Patrocínio São José e Colégio Estadual Juscelino Kubitschek.

Entre 03 e 06 de maio de 1990, a exposição participou do Encontro Cultural de Estância, recebendo 300 visitas. No final do mês de maio, a mostra ocorreu na Escola Técnica Federal de Sergipe participando do I Encontro Norte e Nordeste da Área de Estudos Sociais das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Em julho, a exposição participou do I Encontro Nacional de Estudantes de História na Universidade Federal de Sergipe. Em agosto, o Instituto de Educação Rui Barbosa sediou a mostra, que teve 1.494 visitantes e contou com a participação de alunos da Escola Estadual John Kennedy e da Escola Estadual 15 de outubro.

No início do mês de setembro, a Escola de 1º e 2º graus Governador Valadares foi a sede do evento, que teve 2.143 estudantes da Escola de 1º grau 17 de março, Colégio Presidente Castelo Branco e da Escola de 1º e 2º graus Ministro Marco Maciel. No final do mesmo mês, a mostra foi realizada no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, contando com a participação de 940 alunos. Em dezembro, a exposição foi executada no XIX Festival de Arte de São Cristóvão (FASC).

De acordo com a documentação analisada, em 1990, a exposição ocorreu 8 vezes, atendendo 26 escolas. Mais de 120 professores de 1º e 2º graus participaram da mostra e das atividades preparatórias. O público total foi de 7.809 pessoas, em sua maioria estudantes.

O público de uma exposição deve ser entendido como sujeito, capaz de entender, interpretar e reinterpretar o que lhe foi transmitido. Num processo de assimilação, ele

aceita ou rejeita as mensagens fornecidas. Ele não absorve as informações de maneira passiva (CURY; CARNEIRO, 2010: 738). O potencial educativo de uma exposição só pode ser dimensionado através da forma como o público se apropria, repercute, dissemina ou transforma seus conteúdos.

Dessa forma, diferentemente de exposições anteriores organizadas pelos antigos membros da CPI/SE, a exposição “O Índio em Sergipe” elaborou um diagnóstico da recepção do público, em que os visitantes da mostra manifestavam suas opiniões sobre os conteúdos e materiais apresentados. No projeto de exposição há relatos de algumas impressões dos alunos que, às vezes, mostravam-se decepcionados com as representações sobre indígenas opostas às cristalizadas nos seus imaginários:

*As questões levantadas por alguns alunos, quase todas eram iguais às perguntas já esperadas, onde pudemos observar o desapontamento diante da figura real do índio de hoje, e a figura do índio que sempre imaginavam que fosse até hoje. (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990)*

O estreitamento das redes de relações entre a comunidade escolar foi um elemento indicado como positivo pelos professores que participaram do desenvolvimento das atividades da mostra. Dessa forma, salientou-se que “um dos resultados não previstos, mas destacados positivamente pelos professores, foi o contato entre professores e alunos de escolas diferentes através da participação na exposição.” (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990).

As críticas e sugestões deixadas pelos visitantes foram utilizadas pelos organizadores da exposição para avaliar o trabalho realizado. Com base nessas informações e com a assessoria da museóloga Maria Cristina de Oliveira Bruno da Universidade de São Paulo, foi elaborada uma ficha de avaliação.

A ficha de avaliação era direcionada aos professores envolvidos no desenvolvimento do projeto de exposição. Distribuída após a visita, a ficha questionava sobre a instituição e a disciplina lecionada pelo professor, o alcance dos objetivos, a contribuição do material didático recebido para o trabalho em sala de aula, bem como o tipo de tarefa com conteúdo relacionado aos povos indígenas aplicada aos alunos (O ÍNDIO EM SERGIPE, 1990).

Portanto, as atividades desenvolvidas pela exposição “O Índio em Sergipe” foram fundamentais na relação estabelecida com o público. O conjunto dessas atividades – formação docente, itinerância, uso de fotografias e recursos visuais variados, além de diagnosticar os reflexos da exposição sobre o público – efetivou a exposição como mediadora entre o conhecimento acadêmico e o saber escolar sobre a questão indígena.

### **Considerações Finais**

Nesse artigo, analisamos a exposição “O Índio em Sergipe” inaugurada em 1990. Destacamos a importância da exposição como instrumento de mediação entre as questões indígenas e a opinião pública e identificamos o tipo de indigenismo praticado através da análise dos discursos presentes nos documentos da exposição.

Vimos que a exposição tinha como objetivo recuperar a presença do índio ao longo dos quatrocentos anos de história de Sergipe dentro de uma perspectiva histórica e antropológica. Essa mostra foi elaborada pelos antigos membros da Comissão Pró-Índio de Sergipe.

Através de suas fotografias, textos, painéis, além da formação de professores e estudantes das escolas de 1º e 2º graus, mostramos como a referida exposição promovia um debate em torno da diversidade indígena e seu contato com a sociedade nacional, mediando a relação entre o conhecimento acadêmico, o saber escolar e o senso comum.

De acordo com a documentação analisada, em 1990, a exposição “O Índio em Sergipe” ocorreu 8 vezes, atendendo 26 escolas e com mais de 120 professores envolvidos. O público total foi de 7.809 pessoas, em sua maioria estudantes. Além da itinerância pelas escolas, podemos destacar o caráter didático da exposição, sua ênfase em recursos visuais como a fotografia e a realização do diagnóstico da recepção e avaliação do público.

Nesse artigo, entendemos que a exposição adotou um indigenismo de caráter culturalista, em que cada cultura indígena, em contextos sociais singulares, cria respostas diferentes para problemas semelhantes. Vimos também que a exposição buscou evidenciar as ações de protagonismo e de resistência à dominação desenvolvidas

pelos indígenas em Sergipe e entender os processos de identificação indígena como fator social definido pelas dinâmicas de interação, no qual os índios, apesar da intensa mestiçagem, conseguiram preservar a sua diversidade identitária.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ARRUTI, José Maurício. Da memória cabocla à História Indígena: conflito, mediação e reconhecimento (Xocó, Porto da Folha/SE). In: SOIHET *et al* (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 249-270.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SERGIPE. **Ata da sessão de instalação da Comissão Pró-Índio – Sergipe**. Aracaju, 1981.
- CURY, Marília Xavier; CARNEIRO, C. G. . Beleza e saber - Plumária indígena: exposição, educação e recepção. In: **Anais do II Seminário Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, 2010, Buenos Aires. O pensamento museológico contemporâneo. Buenos Aires: Universidade do Porto; ICOFOM LAM, ICOFOM, ICOM, 2010. p. 737-747.
- DANTAS, Beatriz Góis. Do Campus para as escolas: uso da fotografia na divulgação de pesquisas e na integração de saberes. **Revista do Mestrado em Educação**. UFS – São Cristóvão. v.1, n.1, 1998. p. 3-17.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- O ÍNDIO EM SERGIPE**. Projeto de exposição, 1990.



OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e a atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 61-81.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. A Etnicidade, Definições e Conceitos. In:\_\_\_\_\_. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 85-121.

SIMAN, Lana Mara. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo (org.).**Ensino de História e Educação**. Ijuí: Ed. Unijui, 2004.